

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.207.361 - RS (2017/0295303-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **TECNOVIDRO INDÚSTRIA DE VIDROS LTDA**
ADVOGADOS : **VALTER BIANCHI E OUTRO(S) - RS006334**
MAURÍCIO BIANCHI - RS039314
KATIA SCHENATO VALANDRO - RS065870
AGRAVADO : **ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA**
ADVOGADOS : **FERNANDO BAUM SALOMON E OUTRO(S) - RS028856**
ROBERTO MEDAGLIA MARRONI NETO - RS050942

DECISÃO

Trata-se de agravo de TECNOVIDRO INDÚSTRIA DE VIDROS LTDA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, este interposto contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 616):

APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE MARÍTIMO DE MERCADORIAS. AÇÃO DE COBRANÇA. PRAZO DE ENTREGA DE CONTÊINER. AGRAVO RETIDO. PRESCRIÇÃO.

A falta de assinatura do advogado na petição inicial é mera irregularidade, passível de ser sanada. A petição inicial foi instruída com documentos que comprovam a relação havida entre as partes, cumprindo a exigência do art.

319 do CPC. Agravo retido improvido. Prescrição. Inocorrência.

Os valores cobrados pela autora correspondem aos dias de sobreestadia dos contêineres, respeitando o prazo 'free time'.

AGRAVO RETIDO IMPROVIDO. APELAÇÃO IMPROVIDA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante alega violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015 sustentando, em síntese, negativa da prestação jurisdicional, porque o acórdão ora questionado restou omissos quanto: (i) à ausência dos documentos indispensáveis a propositura da ação (art. 320, do CPC/75); (ii) à análise do art. 22, da Lei nº 9.611; (iii) à inexistência de culpa da Ré; (iv) à análise dos documentos de fls. 186-187, que comprovam a inaplicabilidade do prazo free time de 10 (dez) dias, pois diverso do contratado com a empresa exportadora, de 25 (vinte e cinco) dias; (v) à aplicação do art. 373, inciso I, do CPC. (fl. 649).

Defende malferimento dos artigos 319, 320 e 434 do CPC, sob o argumento de inépcia da inicial, porque “no momento da propositura da ação não havia,

nos autos, documentos que demonstrassem que os contêineres foram entregues fora do prazo estipulado, ocasionando a demurrage - causa de pedir da ação proposta pela recorrida." (fl. 655)

Alega que não se admite a juntada de documentos posteriormente a inicial e a contestação (fl. 656).

Aduz contrariedade ao artigo 22 da Lei 9.611/1998, pois o prazo prescricional aplicado à cobrança de "demurrage" seria de 1 ano e não de 5 anos, conforme assentado pelo Tribunal de origem, pois não há razão para tratamento diferenciado entre os tipos de transportes multimodal e unimodal. (fl. 254).

Requer o provimento do recurso especial, para extinção do feito, pela ocorrência da prescrição ânua, ou para acolhimento da negativa da prestação jurisdicional.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 724/752.

O recurso especial foi inadmitido na origem, ensejando a interposição do presente agravo em recurso especial.

É o relatório. Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."

Inicialmente, observa-se que não prospera a alegada negativa da prestação jurisdicional, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. Senão vejamos:

Na espécie, a sentença de procedência do pedido de pagamento de sobrestadia concluiu, com base no substrato probatório e exame de contratos, que a ora recorrente concordou em ser responsabilizado pelas tarifas por sobreestadia da Transportadora, não logrando êxito em demonstrar que faria jus a 25 dias de *free time*, pois na prova documental de 186/187 não consta que o prazo de 25 dias se estenderia à demandada. Tampouco consta prazo "free time" de 25 dias. Teceu as seguintes considerações, *verbis*:

Das preliminares. Afasto a impugnação relativa à não tradução da integralidade dos documentos juntados pela autora, uma vez que

foram traduzidas (fls. 83-89) todas as partes essenciais para o julgamento da lide.

A inicial foi assinada (fl. 08), restando suprida a irregularidade.

Da prescrição Atinente à prescrição, não aplicáveis as disposições da Lei 9.611/98. Aquela Lei regulamenta o transporte multimodal (período integral do transporte), enquanto que a contratação entre as partes foi de embarque "porto a porto" (de terra para bordo do navio e do navio para terra). O contrato (fl. 83) estabelece o carregamento no Porto Altamira do México e a descarga no Porto de Rio Grande do Brasil. Não se trata de transporte multimodal e, em decorrência, não aplicável o prazo prescricional (um ano) previsto na Lei 9.611/98.

Tampouco aplicável o art. 449, III, do Código Comercial, pois foi revogado pelo novo Código Civil. Preceitua o art. 2.045 do novo Código Civil:

"Revogam-se a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850". Não incidente, por conseguinte, o prazo prescricional do art. 449 do Código Comercial, mas aquele do art. 205 do novo Código Civil: "A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor".

Dessarte, não ocorreu a prescrição.

Do Mérito. Trata-se de cobrança de valores referentes ao período, além do estipulado, em que alguns contêineres teriam ficado em poder da requerida. Segundo a empresa autora, firmou contratos de transporte marítimo com a ré, conforme Conhecimentos de Transporte Marítimo. As mercadorias foram acondicionadas em contêineres, desembarcados no porto de Rio Grande. Após a descarga, a demandada dispunha de um período de livre utilização que, se ultrapassado, acarretaria a cobrança de sobreestadia. Os prazos não foram respeitados e, do valor da sobreestadia para cada tipo de contêiner, o débito resulta R\$ 53.435,65. A prática da cobrança de diárias é comum no comércio marítimo.

Depois de receber os contêineres, o importador tem um prazo para devolvê-los sem nenhum custo, conhecido como "free -time". Se ultrapassar tal prazo, ocorre a incidência das diárias, também chamada de "demurrage".

Não assiste razão à ré ao alegar que não tinha ciência dos prazos e das diárias da sobreestadia. Basta atentar para o Contrato (fl. 84) para se observar que consta "Sobreestadia diária de contêiner pagável pelo comerciante conforme condições e tarifa disponível no site da web da Aliança: www.alianca.com.br/demurrage-br". **Ou seja, a ré tinha ciência dos prazos para a devolução dos contêineres.** Por sua vez a cláusula 7."f" do contrato (fl. 86) estabelece que "O Comerciante concorda em ser responsabilizado por sobreestadia pelas tarifas da Transportadora ...".

Não há falar em isenção de responsabilidade do importador, sob alegação de que não participou dos termos do contrato. **É dele**

(importador) a responsabilidade pelo pagamento de sobreestadia de contêineres após o prazo de isenção (free time) previsto no 'Conhecimento de Embarque', pois assim foi ajustado entre as partes. Não há dúvidas de que as partes contrataram o transporte das mercadorias. Do contrário, não teria sido feito o serviço. Ademais, a demandada não demonstrou que os valores cobrados sejam abusivos ou estejam em desacordo com a prática usual para esta modalidade de transporte.

As ações judiciais (048/1080001345-0 e 048/1119993118-6 - fl. 217), anteriormente ajuizadas, também conduzem à certeza de que a ré sabia dos prazos para a devolução dos contêineres e dos valores cobrados em caso de atraso na sua devolução. Tampouco socorre a ré a alegação de que não deu causa ao retardo na devolução dos contêineres. Na cláusula 7, "h", assumiu (fl. 87) a responsabilidade por todas as exigências alfandegárias. Assim, eventual atraso por conta da atuação alfandegária não pode ser oposto à autora, pois de responsabilidade da ré.

Outrossim, não houve impugnação específica às datas de descarga e de devolução dos contêineres, que constam à fl. 145, presumindo-se boas.

O documento da fl. 145 especifica cada contêiner, bem como a data de descarga, os dias de free time, a data de devolução de cada equipamento, o período de cobrança, o total de dias de sobreestadia, o número da fatura e o valor em moeda nacional.

Do cotejo dos elementos acima indicados (datas de descarga e de devolução de cada contêiner), flagra-se que os valores cobrados correspondem aos dias de sobreestadia dos contêineres, tudo em conformidade com os termos do contrato.

Nessa senda, não vislumbro que, por conta da sobreestadia de um mesmo contêiner, haja cobrança em duplicidade. Em decorrência, não há duplicatas a serem anuladas e tampouco deve ser anulada a planilha de fl. 145.

A demandada não logrou demonstrar que faria jus a 25 dias de free time. No documento de fls. 186-187 não consta que o prazo de 25 dias se estenderia à demandada. Tampouco consta prazo "free time" de 25 dias. Saliento que o documento diz respeito à contratação entre HAMBURG SÜD MEXICO e VITRO VIDRIO Y CRISTAL, não havendo nos autos nenhuma prova de que o benefício se estenderia à ré. Consta, na fl. 186, que o benefício se estenderia à lista, em anexo, de clientes autorizados. Sem embargo, a lista "em anexo" não veio aos autos. Não há, em suma, prova a demonstrar prazo diverso daquele suscitado pela autora.

Descabida a impugnação pela cobrança das despesas com tradução. Pelo princípio da causalidade, foi a ré que deu azo ao ajuizamento desta demanda e, conseqüentemente, a essa despesa, devendo, por essa razão, por ela responder.

A conversão da moeda estrangeira em moeda nacional deverá ocorrer na data em que cessou o fato gerador do débito, ou seja, na

data da entrega do bem (contêiner) ao seu proprietário (autora). A partir desta data, o valor passou a ser devido, impondo-se a sua conversão em moeda brasileira. Face ao exposto, JULGO PROCEDENTE a ação proposta por ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA contra TECNOVIDRO INDÚSTRIA DE VIDROS LTDA, forte no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR a demandada ao pagamento das sobreestadias incorridas que, até a emissão da última fatura, alcançam o valor de R\$ 53.435,65, posição em 24.01.2013 (data do ajuizamento da ação - fl. 02), corrigido` pelo IGP-M `á partir de 24.01.2013, e com juros moratórios de 1% mensais, sem capitalização, a. partir da citação, em 26.03.2013 (fl. 152).

CONDENO a parte demandada ao pagamento das custas processuais, da tradução (R\$ 173,70 - fl. 82) e dos honorários do patrono da parte adversa que arbitro em 10% sobre o valor da condenação (corrigido e com juros), a teor do art. 85, § 2.º, do novo Código de Processo Civil, ponderado o valor da causa, a questão repetitiva e o tempo em que o processo tramita. (grifou-se)

Por seu turno, a eg. Corte de origem manteve o teor da sentença asseverando que não veio aos autos prova a demonstrar prazo diverso daquele suscitado pela autora, ou seja que faria jus a 25 dias de *free time*, pois "*no contrato firmado consta que a dona da carga seria a responsável pelo pagamento das despesas de sobreestadia e que a comerciante concordou em ser responsabilizada por aquelas despesas. Também consta que a Transportadora teria direito à cobrança adicional referente à armazenagem das mercadorias. Verifica-se, ainda, que o free time de 10 dias foi respeitado e que os valores e datas da demurrage não foram especificamente impugnados.*"

É o que se extrai do inteiro teor do acórdão recorrido:

Também não há falar em prescrição, diante do atual entendimento do STJ a respeito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. DEMURRAGE. PRAZO. PRESCRIÇÃO.

1. O prazo prescricional para a cobrança de sobre-estadia de contêineres é quinquenal, se houver previsão contratual dos dados necessários ao cálculo dos valores devidos a esse título, ou decenal, na hipótese de inexistir essa previsão contratual. Precedentes.

2. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1363185/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em

25/10/2016, Dle 04/11/2016)

Quanto ao mais, trata-se de questão envolvendo cobrança de sobreestadias de contêineres, sendo que a prova corrobora a pretensão da autora.

Verifica-se que no contrato firmado consta que a dona da carga seria a responsável pelo pagamento das despesas de sobreestadia e que a comerciante concordou em ser responsabilizada por aquelas despesas. Também consta que a Transportadora teria direito à cobrança adicional referente à armazenagem das mercadorias. Verifica-se, ainda, que o free time de 10 dias foi respeitado e que os valores e datas da demurrage não foram especificamente impugnados.

Assim, apenas acrescento ao exposto parte da fundamentação sentencial, nesse mesmo sentido:

Outrossim, não houve impugnação específica às datas de descarga e de devolução dos contêineres, que constam à fl. 145, presumindo-se boas.

O documento da fl. 145 especifica cada contêiner, bem como a data de descarga, os dias de free time, a data de devolução de cada equipamento, o período de cobrança, o total de dias de sobreestadia, o número da fatura e o valor em moeda nacional.

Do cotejo dos elementos acima indicados (datas de descarga e de devolução de cada contêiner), flagra-se que os valores cobrados correspondem aos dias de sobreestadia dos contêineres, tudo em conformidade com os termos do contrato.

Nessa senda, não vislumbro que, por conta da sobreestadia de um mesmo container, haja cobrança em duplicidade. Em decorrência, não há duplicatas a serem anuladas e tampouco deve ser anulada a planilha de fl. 145.

A demandada não logrou demonstrar que faria jus a 25 dias de free time. No documento de fls. 186-187 não consta que o prazo de 25 dias se estenderia à demandada. Tampouco consta prazo "free time" de 25 dias. Saliento que o documento diz respeito à contratação entre HAMBURG SÜD MÉXICO e VITRO VIDRIO Y CRISTAL, não havendo nos autos nenhuma prova de que o benefício se estenderia à ré. Consta, na fl. 186, que o benefício se estenderia à lista, em anexo, de clientes autorizados. Sem embargo, a lista "em anexo" não veio aos autos. Não há, em suma, prova a demonstrar prazo diverso daquele suscitado pela autora.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo retido e à apelação. Tratando-se de recurso interposto sob a vigência do novo CPC, incide o disposto no § 11, do art. 85. Assim, majoro os honorários

advocatícios devidos ao patrono da parte autora para 15% do valor da condenação.

Por sua vez, os embargos de declaração opostos pela recorrente TECNOVIDRO INDÚSTRIA DE VIDROS LTDA foram rejeitados ao fundamento de que a embargante pretende reexaminar a matéria, o que não se coaduna com a função dos embargos declaratórios, *verbis*:

O acórdão examinou os pontos controvertidos, ao contrário do que está sendo alegado e não há qualquer omissão a exigir complementação.

Parece, a toda evidência, que a parte embargante está pretendendo reexaminar a matéria que já foi julgada, o que não se coaduna com a natureza e função dos embargos declaratórios, que devem se submeter à regra do artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

Ainda assim, mesmo que tenha a parte o intuito de interpor outros recursos, não incumbe ao julgador apontar todos os fundamentos legais eventualmente incidentes, bastando referir aqueles que entende suficientes para embasar a decisão.

A obrigação legalmente vigente é a de que a decisão esclareça os fundamentos de fato e de direito que a baseiam. O Poder Judiciário não é órgão consultivo e não emite pareceres, mas decisões, devidamente fundamentadas. Assim, não há motivo para se esclarecer questionamentos efetuados pela parte, nem para analisar todos os argumentos colacionados e tão pouco há finalidade lógica para discorrer a respeito dos não fundamentos da decisão. Diante do exposto, desacolho os presentes embargos de declaração.(grifou-se)

Como visto, quanto à alegação de falta de provas sobre o atraso na entrega dos contêineres as instâncias ordinárias asseveraram que houve sim atraso, por culpa da parte recorrente, afastando o alegado prazo "free time" de 25 dias, bem como reconheceram a existência do essencial para o julgamento da lide.

Em relação a preliminar de inépcia da inicial, observa-se que a r. sentença, mantida pelo acórdão recorrido, afastou a alegação de falta de documentos indispensáveis a propositura da ação (art. 320, do CPC/75), ao fundamento de que "*os documentos juntados pela autora foram traduzidas (fls. 83-89) no essencial para o julgamento da lide. A inicial foi assinada (fl. 08), restando suprida a irregularidade.*" (fl. 528).

Assim, não há elementos nos autos que corroborem com a alegação de falta de documentos essenciais para a propositura da presente demanda.

Ademais, "É entendimento desta Corte que somente os documentos tidos como indispensáveis ou essenciais, porque pressupostos da ação, é que devem acompanhar a inicial e a defesa. A juntada dos demais pode ocorrer em outras fases e até mesmo na via recursal, desde que ouvida a parte contrária e inexistentes o espírito de ocultação premeditada e de surpresa de juízo" (AgRg no AREsp 330.444/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe de 28/05/2014).

Nesse contexto, não se verifica a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015 na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não se vislumbrando omissão no julgado embargado sobre questão jurídica ou fato relevante para a análise do mérito da causa.

Os embargos de declaração tem como missão primordial corrigir eventual erro material ou complementar o julgado, quando identificada omissão relevante ou obscuridade e contradições, o que não ficou evidente no caso dos autos, que apesar de não rebatido um a um dos argumentos da embargante, decidiu de modo claro e coerente a questão posta a exame. Não se pode confundir julgamento desfavorável, como no caso dos autos, com negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

Quanto ao mérito, e suposta violação ao art. 22 da Lei 9611/1998, o eg. Tribunal de origem afastou a incidência de referida norma asseverando que o caso envolve contrato unimodal, pois estabelece o carregamento no Porto Altamira do México e a descarga no Porto de Rio Grande do Brasil, contendo disposição contratual para cobrança de sobreestadias de contêineres, devendo, portanto, ser aplicado o prazo prescricional de 5 anos.

Nesse sentido, o eg. Tribunal de origem adotou posicionamento coerente com a jurisprudência da eg. Segunda Seção desta Corte Superior, que se orienta no sentido de considerar que, com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, que revogou o art. 449 do Código Comercial, o prazo prescricional para as ações de cobrança de sobreestadias de contêineres, em casos envolvendo apenas transporte marítimo como na espécie, é o quinquenal, previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil, quando essa cobrança derivar de disposição contratual, como ocorre nos autos, ou decenal nas

hipóteses em que inexistente prévia estipulação contratual, aplicando-se a regra geral do art. 205 do Código Civil.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A partir do julgamento do REsp 1.340.041/SP, na sessão do dia 24/06/2015, DJe de 04/09/2015, a Segunda Seção pacificou a jurisprudência no âmbito das Turmas de Direito Privado, consolidando o entendimento de que, com a entrada em vigor do novo Código Civil, que revogou o artigo 449, III, do Código Comercial, o prazo prescricional para as ações de cobrança de sobre-estadias de contêineres é o quinquenal, quando a cobrança dessa taxa derivar de disposição contratual, e decenal, caso não haja essa previsão no contrato, mostrando-se ilíquida a obrigação.

2. No caso dos autos, consta no acórdão recorrido que o contrato firmado entre as partes é unimodal, ou seja, envolve apenas transporte marítimo, com previsão contratual para cobrança de sobre-estadias, de modo que se aplica à espécie o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil.

3. Estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta Corte, é inafastável a aplicação da Súmula 83/STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 931.668/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, DJe de 29/9/2016; grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DEMURRAGE - SOBREESTADIA DE CONTÊINERES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA EMPRESA RÉ.

1. O entendimento do STJ é assente no sentido de que: " (...) em se tratando de transporte unimodal de cargas, quando a taxa de sobre-estadia objeto da cobrança for oriunda de disposição contratual que estabeleça os dados e os critérios necessários ao cálculo dos valores devidos a título de ressarcimento pelos prejuízos causados em virtude do retorno tardio do contêiner, será quinquenal o prazo prescricional (art. 206, §5º, inciso I, do Código Civil). Caso contrário, ou seja, nas hipóteses em que inexistente prévia estipulação contratual, aplica-se a regra geral do art. 205 do Código Civil, ocorrendo a prescrição em 10 (dez) anos." REsp 1340041/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2015, DJe 04/09/2015 2. Agravo interno desprovido."

(AgInt nos EDcl no REsp 1500955/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017)

Incide, portanto, a Súmula 83/STJ, para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% para 16% sobre o montante da condenação.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator